

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

## CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº

13882.000771/99-29

Recurso nº

155.603 Voluntário

Acórdão nº

2201-00.206 - 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária

Sessão de

08 de maio de 2009

Matéria

**INTEMPESTIVIDADE** 

Recorrente

COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE GUARATINGUETÁ

Recorrida

**DRJ-Campinas-SP** 

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE

**SOCIAL - COFINS** 

Período de apuração: 01/01/1993 a 31/12/1999

NORMAS

PROCESSUAIS.

INTEMPESTIVIDADE.

NÃO

CONHECIMENTO DO RECURSO.

Por intempestivo, não se conhece do Recurso Voluntário protocolizado após o prazo de trinta dias, a contar da ciência da decisão de primeira instância, nos termos do art. 33 do Decreto nº 70.235/72.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária da SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO do CARF, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, em face da intempestividade.

LSÓN MÁCEDO ROSENBURG FILHO

Presidente

EMANUEL CARLOS DANPAS DE ASSIS

Relator

1

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Andréia Dantas Moneta Lacerda (Suplente), Odassi Guerzoni Filho, Jean Cleuter Simões Mendonça, José Adão Vitorino de Morais, Fernando Marques Cleto Duarte e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

## Relatório

Trata-se do Recurso Voluntário de fls. 212/217, protocolizado em 28/03/2008, contra Acórdão da DRJ que manteve o indeferimento do Pedido de Restituição de fl. 01, relativo a indébito da Cofins.

É o relatório, no que interessa nesta oportunidade.

## Voto

Conselheiro EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS, Relator

O Recurso Voluntário é intempestivo e por isto não pode ser conhecido, nos termos do art. 33 do Decreto nº 70.235/72.

Verifico que foi interposto fora do prazo de trintas dias, contados a partir da ciência da decisão de primeira instância. Conforme atesta o Aviso de Recebimento (AR) de fl. 211, verso, a ciência ocorreu em 18/02/2008, uma segunda-feira. Assim, o prazo começou a contar em 19/02/2008, numa terça-feira, e findou em 19/03/2008, numa quarta-feira. Todavia, o Recurso somente foi protocolizado em 28/03/2008, conforme o carimbo dos Correios e a anotação no campo "Recebido em", no AR de fl. 212.

Embora não conte dos autos qualquer termo de intempestividade lavrado pelo órgão de origem, a contagem acima não dá margem a dúvida.

Diante do exposto, em face da intempestividade não conheço do Recurso.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 2009.

EMANUEL CARLOS DANTAS DE ASSIS